



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª (GOV)**
- **Procede à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na *Internet* da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes.**
Relator: Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)
3. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª (GOV)**
- **Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público;**
4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa sobre o funcionamento daqueles Serviços;**
5. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da petição n.º 87/XIII/1.ª – Solicitam a demissão de Maria Luís Albuquerque como Deputada da Assembleia da República;**
Relator: Deputado Fernando Anastácio (PS)
6. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
7. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 1.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Projeto de lei n.º 264/XIII/1.ª (BE)	Altera a Lei n.º 23/2007, de 04 de julho, que estabelece o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	Deputado Fernando Negrão (PSD)

No segundo ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), e, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, após as intervenções dos Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS), e merecendo a concordância de todos os grupos parlamentares presentes - uma vez que dera entrada, nessa manhã, um texto de substituição com a fusão das propostas de alteração anteriormente apresentadas pelos vários grupos parlamentares, com o objetivo de obter uma solução consensual -, foi adiada, para a reunião seguinte, a discussão e votação na especialidade [Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 1.ª SL

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) sobre o funcionamento daqueles serviços, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) esclarecido que, apesar de a Comissão ter ouvido no dia anterior o Conselho de Fiscalização do SIRP, havia factos novos relacionados com a atividade dos serviços de informação que justificavam a audição do Secretário-Geral. No debate que se seguiu, os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Fernando Anastácio (PS) declararam que os respetivos grupos parlamentares não concordavam com o requerimento apresentado pelo PCP, por entenderem que, de acordo com o modelo de fiscalização adotado, a intermediação entre o Parlamento e os serviços de informações era feita através do Conselho de Fiscalização e que a audição realizada no dia anterior havia sido bastante produtiva, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) contra-argumentado que, em diversas circunstâncias, a Comissão já ouvira o Secretário-Geral do SIRP e, como tal, considerava um retrocesso inaceitável e uma obstrução constitucionalmente discutível a posição assumida pelo PSD e pelo PS. O Senhor Deputado José Manuel Bezeza (BE) disse acompanhar o requerimento por entender que o modelo de fiscalização não poderia constituir um obstáculo à necessidade de fiscalizar e o Senhor Presidente acrescentou que a criação do Conselho de Fiscalização tem de ser visto como um reforço do dever de fiscalização da Assembleia da República.

No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do PS, votos a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou, então, a Comissão de que o seu Grupo Parlamentar iria exercer o direito potestativo previsto no n.º 4 do artigo 104.º do Regimento, para que fosse promovida a audição do Senhor Secretário-Geral do SIRP na Comissão.

No quinto ponto da ordem do dia procedeu-se à apreciação do relatório final da Petição n.º [87/XIII/1ª](#), na qual se solicita a demissão de Maria Luís Albuquerque como Deputada da Assembleia da República, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS). No debate que se seguiu usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Jorge Machado (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e José Manuel Pureza (BE), que sugeriram a introdução de algumas



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 1.ª SL

alterações no relatório, sugestões que foram aceites pelo Senhor Deputado relator. No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao último ponto da ordem do dia, reservado a «outros assuntos», tendo o Senhor Presidente questionado os diferentes grupos parlamentares se pretendiam manter os respetivos representantes anteriormente indicados (em dezembro de 2015) para integrarem o júri do Prémio Direitos Humanos 2016 - a saber: os Senhores Deputados Bacelar de Vasconcelos (Presidente), José de Matos Correia (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Sandra Cunha (BE), Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe (PCP) e José Luís Ferreira (PEV) -, tendo os grupos parlamentares presentes confirmado que mantinham os Senhores Deputados já indicados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 59/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Vânia Dias da Silva
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
António Gameiro
Jânila Madeira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira